PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2007

Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passa vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“**Art. 226-A.** A autoridade de aviação civil disporá sobre as Condições Gerais de Transporte, observado o disposto nesta lei, nas convenções internacionais ratificadas pelo País e no Código de Defesa do Consumidor.”

Art. 2º Os arts. 229, 230, 231, 234, 248, 256, 257, 260, 281 e 299 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 229.** Se a viagem for cancelada ou se houver atraso da partida superior a 02(duas) horas, independentemente do motivo e ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo, o transportador pagará ao passageiro, de imediato e em dinheiro, multa correspondente ao valor integral da tarifa cheia.

Parágrafo único. A multa referida neste artigo só não é exigível caso o cancelamento ou o atraso se verifique em face das condições meteorológicas, nos aeroportos de origem ou de destino do vôo, que impossibilitem temporariamente pousos e decolagens. Também não é exigível a multa referida neste artigo, caso os aeroportos de origem ou de destino do vôo se encontrem fechados ou inoperantes. (NR)”

“Art. 230. Em caso de atraso da partida por mais de 02(duas) horas, independentemente do motivo e ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo, o transportador providenciará o embarque do passageiro, em voo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, se o passageiro assim o preferir, o valor do bilhete de passagem, sem prejuízo da multa a que se refere o art.229.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica caso o atraso se verifique em face das condições meteorológicas, nos aeroportos de origem ou de destino do voo, que impossibilitem temporariamente pousos e decolagens. Também não se aplica o disposto neste artigo, caso os aeroportos de origem ou de destino do voo se encontrem fechados ou inoperantes. (NR)”

“Art. 231. Quando o transporte sofrer interrupção ou atraso em aeroporto de escala por período superior a 02(duas) hora, qualquer que seja o motivo e ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem do trecho faltante ou pela imediata devolução do preço referente ao trecho faltante.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica caso o atraso se verifique em face das condições meteorológicas, nos aeroportos de origem ou de destino do voo, que impossibilitem temporariamente pousos e decolagens. Também não se aplica o disposto neste artigo, caso os aeroportos de origem ou de destino do voo se encontrem fechados ou inoperantes.”

..... (NR)”

“Art. 234.

.....

§ 6º A bagagem será entregue ao passageiro, inviolada e em bom estado de conservação, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos após o desembarque.

§ 7º Em caso de descumprimento do disposto no parágrafo anterior, o transportador pagará ao passageiro, de imediato e em dinheiro, multa em valor correspondente à metade do valor integral da tarifa cheia. (NR)”

“Art. 248. Os limites de indenização, previstos neste Capítulo, não se aplicam se for provado que o dano resultou de dolo ou culpa do transportador ou de seus prepostos

Parágrafo único. Cabe ao transportador o ônus de provar que o dano não resultou de sua culpa ou dolo. (NR)”

“**Art. 256.** O transportador responde pelo dano decorrente:

.....

II – de cancelamento ou atraso do transporte aéreo contratado;

III – de dano, avaria, violação, furto, extravio ou atraso na entrega da bagagem.

..... (NR)”

“**Art. 257.** A responsabilidade do transportador, em relação a cada passageiro e tripulante, no caso de morte ou lesão corporal grave e permanente, não é previamente limitada ou tarifada, devendo o juiz, diante das circunstâncias específicas, fixar o valor da indenização que não poderá ser inferior a R\$1.000.000,00(um milhão de reais) em caso de morte, e R\$750.000,00(setecentos e cinquenta mil reais) em caso de lesão grave e permanente.

Parágrafo único. Nos demais casos de lesão corporal de natureza não grave, o juiz fixará o valor da indenização, diante das circunstâncias específicas do caso, vedada a limitação ou tarifação prévia da indenização. (NR)”

“**Art. 260.** A responsabilidade do transportador por dano, conseqüente da destruição, perda ou avaria da bagagem despachada ou conservada em mãos do passageiro, ocorrida durante a execução do contrato de transporte aéreo, limita-se ao valor correspondente a R\$ 10.000 (dez mil reais), por ocasião do pagamento, em relação a cada passageiro. (NR)”

“**Art. 281.**

.....

V – às multas devidas aos passageiros por descumprimento das Condições Gerais de Transporte (arts. 229 e 234).

..... (NR)”

“**Art. 299.** Será aplicada multa de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou de suspensão ou cassação de quaisquer certificados de matrícula, habilitação, concessão, autorização, permissão ou homologação expedidos segundo as regras deste Código, nos seguintes casos:

..... (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado a alínea *b* do § 1º do art. 256 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

JUSTIFICAÇÃO

As condições de atendimento aos passageiros do transporte aéreo brasileiro vêm sofrendo acentuado grau de deterioração ao longo dos últimos anos. Atrasos e cancelamentos de vôo tornaram-se regra, intercalados por breves momentos de funcionamento regular dos serviços.

Os usuários têm sido submetidos a um tratamento desrespeitoso e humilhante, sujeitando-se, muitas vezes, a sucessivos adiamentos, por prazo indefinido, em saguões de aeroportos superlotados e sem informações confiáveis.

Tal situação viola o Código de Defesa do Consumidor, segundo o qual, “os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos” (art. 22), havendo jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido. O recebimento de uma indenização com fundamento no direito de consumidor exige, no entanto, que se acione o Poder Judiciário, o que desestimula muitos usuários.

No âmbito do direito aeronáutico, por outro lado, as garantias oferecidas ao passageiro são muito restritas. Ele somente tem direito ao reembolso de sua passagem ou a ser embarcado em outra aeronave, quando houver atraso superior a quatro horas ou cancelamento do vôo. Os direitos dos passageiros consagrados no Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), entretanto, podem ser exercidos com maior celeridade uma vez que seu cumprimento é objeto de fiscalização pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que pode multar administrativamente os transportadores que os infringirem.

A presente proposição tem por finalidade, portanto, ampliar os direitos dos passageiros consagrados no CBA, de tal modo a garantir-lhes uma justa compensação em caso de sua eventual violação. Com isso, pretende-se, também, induzir as empresas aéreas a adotarem as providências necessárias para a prevenção dos graves fatos que temos assistido.

Institui-se multa em benefício do passageiro, que lhe será devida sempre que houver atrasos, cancelamentos de vôos ou extravio de bagagens, e será paga imediatamente, sem prejuízo de eventual indenização.

Alteram-se, ainda, os limites existentes para a responsabilidade civil do transportador, bem como os valores das multas aplicáveis pela ANAC, de tal modo a torná-los consentâneos com o atual estágio de desenvolvimento nacional.

Tanto a multa quanto a indenização serão devidas independentemente da culpa ou dolo do transportador. A relação jurídica do passageiro é com a empresa aérea e cabe a ela responder pelo inadimplemento de suas obrigações contratuais.

A fim de assegurar recursos para o eventual pagamento dessas multas e indenizações ao passageiro, determinou-se sua inclusão no seguro obrigatório já existente.

Contamos com o apoio de nossos pares para aprovar essa proposição, que em muito beneficiará o passageiro do transporte aéreo nacional.

Sala das Sessões,

Senadora SERYS SLHESSARENKO